Vérios Gestão de Recursos S.A.

CNPJ/MF nº 23.351.397/0001-61

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.211	402
Outros créditos	4	61	71
Total do ativo circulante		**1.272**	**473**
Empréstimos – Sócios	5	287	244
Outros créditos		15	16
Imobilizado	6	47	15
Intangível	7	179	179
Total do ativo não circulante		**528**	**454**
Total do ativo		**1.800**	**927**

Passivo	Nota	2018	2017
Empréstimos – Investidores	8	–	4.601
Fornecedores		41	61
Salários e encargos sociais		93	39
Tributos a pagar		17	36
Demais contas a pagar	9	137	–
Total do passivo circulante		**288**	**4.737**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**1.512**	**(3.810)**
Capital social	10	5.053	2
Reserva de capital		1.657	–
Prejuízos acumulados		(5.198)	(3.812)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.800**	**927**

Demonstração do Resultado

Operações continuadas	2018	2017
Receita operacional líquida	942	441
Custo dos serviços prestados	(669)	(201)
Lucro bruto	273	240
Despesas com pessoal	(619)	(503)
Despesas administrativas	(627)	(727)
Despesas comerciais	(398)	(222)
Outras despesas operacionais, líquidas	(85)	(18)
Prejuízo operacional	**(1.456)**	**(1.230)**
Receitas financeiras, líquidas	71	32
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	**(1.385)**	**(1.198)**
Imposto de renda e contribuição social	–	(50)
Prejuízo do exercício	**(1.385)**	**(1.248)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

	Capital social	Reserva de capital Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2016	–	–	(851)	(851)
Saldo Incorporado	–	–	(1.712)	(1.712)
Integralização de capital	2	–	–	2
Prejuízo do exercício	–	–	(1.248)	(1.248)
Saldos em 31/12/2017	**2**	**–**	**(3.812)**	**(3.810)**
Integralização de capital	5.051	–	–	5.051
Constituição de reserva de capital decorrente de ágio na emisssão de ações	–	1.862	–	1.862
Apropriação do resultado na recompra de ações	–	(205)	–	(205)
Prejuízo do exercício	–	–	(1.385)	(1.385)
Saldos em 31/12/2018	**5.053**	**1.657**	**(5.198)**	**1.512**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2018**
Prejuízo do exercício	(1.385)
Ajustes de: Depreciação de ativo imobilizado	6
Amortização de ativos intangíveis	
Resultado Liquido Ajustado	**(1.378)**
(Aumento)/Redução de ativos	
Despesas do Exercício Seguinte	(3)
Tributos a recuperar	28
Empréstimos – Sócios	(14)
Aumento/(Redução) de passivos	
Fornecedores	(21)
Obrigações trabalhistas e sociais	54
Obrigações tributárias	(20)
Outras contas a pagar	137
Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades operacionais	**(1.218)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(39)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	**(1.257)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Aumento de capital em dinheiro	5.052
Empréstimos	(4.644)
Ágio na subscrição de ações	1.658
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamento	**2.066**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**809**
Modificações no caixa e equivalentes de caixa líquidos	
Saldo no inicio do exercício	402
Saldo no final do exercício	1.211
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**809**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Vérios Gestão de Recursos S.A. (a "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado. Constituída em 09/09/2015 como VSSI Gestão de Recursos Ltda. e sua razão social alterada para Vérios Gestão de Recursos Ltda. em 03/02/2016. Através do instrumento particular da quinta alteração contratual em 28/11/2017 foi aprovada a incorporação da Vérios Software Sistemas de Informação Ltda. Em 07/02/2018 foi transformada em sociedade anônima, alterando sua razão social para Vérios Gestão de Recursos S.A. A Sociedade tem como objeto social a administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras de ativos, inclusive títulos e valores mobiliários no Brasil, sendo vedada a gestão de recursos próprios e a prática de atividades privativas de instituições financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – 2.1. Base de apresentação: 2.1.1. Declaração de conformidade (Norma Contábil Brasileira):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na preparação de demonstrações financeiras individuais, notadamente a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; e as práticas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standars – IFRS). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. **2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Sociedade usa o real (R$) como "moeda funcional", a qual também é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente não realiza operações significativas em moeda estrangeira. **2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, requer que a Administração da Sociedade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para crédito de liquidação duvidosa, estimativa da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos anualmente. **2.2. Instrumentos financeiros: 2.2.1. Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros da Sociedade foram classificados como instrumentos financeiros básicos. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros, no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **2.2.2. Passivos financeiros – Reconhecimento e mensuração:** Os passivos financeiros da Sociedade foram classificados como passivos financeiros básicos. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros, no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização, pelo método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **2.2.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2.4. Deterioração de instrumentos financeiros:** A Sociedade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidências objetivas de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Equivalentes de caixa estão demonstrados ao custo e correspondem aos depósitos bancários que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Anos:** Computadores e periféricos – 5; Móveis e utensílios – 10; Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **2.5. Ativos intangíveis:** Registrado pelo valor do capital aplicado, deduzido de amortização e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável. **2.6. Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A provisão para férias é constituída com base no direito adquirido dos empregados e inclui as vencidas e proporcionais até a data do balanço e os encargos sociais correspondentes. **2.7. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.8. Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos. **2.9. Estimativas financeiras:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.10. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **3. Caixa e equivalente de caixa** – São aplicações financeiras em fundos de renda fixa e aplicação automática de saldo disponível em conta corrente da Sociedade, cuja taxa média de rentabilidade é de 106% do CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017 Não auditado)
Renda Fixa	1.022	267
Aplicação Automática	189	135
Total	**1.211**	**402**

Referidas aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, demonstradas ao valor de mercado, acrescido, quando aplicável, dos juros auferidos até a data do balanço patrimonial, calculados pro-rata temporis pelo método da taxa efetiva de juros.

4. Outros créditos	2018	2017 (Não auditado)
Tributos a Compensar (a)	15	43
Adiantamentos a fornecedores (b)	25	10
Despesas pagas antecipadamente (c)	21	18
Total	**61**	**71**

(a) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. (b) relacionados aos adiantamentos a fornecedores de benefícios. (c) decorrente de aluguéis pagos antecipamente. **5. Empréstimos – Sócios** – Referem-se ao saldo dos empréstimos realizados aos sócios da Sociedade, desde agosto de 2016 até dezembro de 2018, com vencimento da última parcela em dezembro de 2024, conforme contrato de empréstimo datado de 05/12/2018. O referido saldo em aberto será devido em 60 (sessenta parcelas) mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em janeiro de 2020.

6. Imobilizado	% – Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2018 Imobilizado líquido	2017 (Não auditado) Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	51	(7)	44	12
Móveis e utensílios	10%	4	(1)	3	3
Total imobilizado Líquido	–	**55**	**(8)**	**47**	**15**

6.1 Resumo da movimentação do imobilizado em 31/12/2018

Descrição	Saldo inicial 01/01/2018 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo final em 2018
Computadores e periféricos	12	39	–	(7)	44
Móveis e Utensílios	3	1	–	(1)	3
Total imobilizado Líquido	**15**	**40**	**–**	**(8)**	**47**

7. Intangível – Custos de desenvolvimento de software gerados internamente são capitalizadas com base nos custos incorridos para desenvolvimento do referido software e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos não sendo amortizados em função da administração da Sociedade entender que novos custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, ainda serão alocados, ocasião em que a vida útil econômica será estimada, não superior a cinco anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **8. Empréstimos – Investidores –** Correspondem aos contratos de mútuo conversíveis em ações celebrado com investidores durante aos anos-base de 2012 a 2017, utilizado para integralização de ações da Sociedade subscritas pelos investidores, nos termos da ata de reunião de conselho de administração datada de 07/02/2018. **9. Demais contas a pagar –** Refere-se ao valor de recompra de ações da Sociedade conforme deliberado e aprovado em ata de reunião do conselho de administração datada de 26/09/2018, detalhado na nota 11(b). **10. Patrimônio líquido – 10.1. Capital autorizado:** O capital social da Sociedade poderá ser aumentado através de emissão de até 3.372.645 Ações preferenciais – Série A, independente de deliberação estatutária, ao preço de emissão de aproximadamente R$ 0,66 totalizando o valor adicional de até R$ 2.250, sendo R$ 0,13 por ação referentes à parcela destinada à formação do capital social e a quantia restante destinada à conta de reserva de capital da Sociedade. **10.2. Capital subscrito e integralizado e reserva de capital:** O capital social é de R$ 5.054, dividido em 32.976.969 ações, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2018
Ações ordinárias	19.046.960
Ações preferencias – Série semente	9.821.299
Ações preferenciais – Série A	4.108.710
Total de Ações	**32.976.969**

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal, conforme deliberado em ata de reunião do conselho de administração registrada em 20/03/2018. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais. Em ata de reunião do conselho de administração, datada de 26/09/2018, foi deliberada pela recompra de 449.284 ações ordinárias para manutenção em tesouraria. Referida transação gerou a realização parcial da reserva de capital – ágio na emissão de ações, no valor de R$ 205, sendo o saldo a pagar em aberto em 31/12/2018 no valor de R$ 137. **11. Receita operacional líquida** – A reconciliação entre receita bruta de serviços prestados e a receitaoperacional líquida está demonstrada como segue:

	2018	2017 (Não auditado)
Receita bruta de serviços prestados	1.103	483
(-) Impostos sobre serviços prestados	(161)	(42)
Receita operacional líquida	**942**	**441**

12. Instrumentos financeiros e riscos operacionais – a) Valorização dos instrumentos financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações, estabelecidas pela Administração. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **• Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa nº 2.3):** os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; **b) Considerações sobre os riscos operacionais Risco de crédito:** A Sociedade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da carteira de clientes ser pulverizada. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro recursos de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Sociedade possui aplicações com liquidez imediata.

Felipe Linetzky Sotto Maior – Sócio Administrador
José Notari Filho – TC CRC 1SP 081.835/O-7

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Vérios Gestão de Recursos S.A.** São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Vérios Gestão de Recursos S.A. ("Sociedade"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Vérios Gestão de Recursos S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31/12/2017, cujos saldos são apresentados para fins comparativos e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – PME e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 01/02/2019.

Cassiano Gonçalves Alvarez – CRC 1SP 219.153/O-3
RSM Brasil CCA Continuity – Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 025.430/O-2

Vérios Gestão de Recursos S.A.

CNPJ/MF nº 23.351.397/0001-61

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanço Patrimonial

Ativo	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	402	1.127
Outros créditos	71	28
Total do ativo circulante	473	1.155
Empréstimos – Sócios	244	88
Outros créditos	16	–
Imobilizado	15	3
Intangível	179	–
Total do ativo não circulante	454	91
Total do ativo	**927**	**1.246**
Passivo	**2017**	**2016**
Empréstimos – Investidores	4.601	2.014
Fornecedores	61	7
Salários e encargos sociais	39	54
Tributos a pagar	36	3
Demais contas a pagar	–	20
Total do passivo circulante	4.737	2.096
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**(3.810)**	**(853)**
Capital social	2	–
Capital à Integralizar	–	(2)
Prejuízos acumulados	(3.812)	(851)
Total do passivo e patrimônio líquido	**927**	**1.246**

Demonstração do Resultado

Operações continuadas	2017	2016
Receita operacional líquida	441	30
Custo dos serviços prestados	(201)	(3)
Lucro bruto	240	27
Despesas com pessoal	(503)	(273)
Despesas administrativas	(727)	(650)
Despesas comerciais	(222)	–
Outras despesas operacionais, líquidas	(18)	–
Prejuízo operacional	(1.230)	(895)
Receitas financeiras, líquidas	32	52
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(1.198)	(843)
Impostos de renda e contribuição social	(50)	(8)
Prejuízo do exercício	**(1.248)**	**(851)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2015	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	(851)	(851)
Saldos em 31/12/2016	–	(851)	(851)
Saldo Incorporado	–	(1.712)	(1.712)
Integralização de capital	2	–	2
Prejuízo do exercício	–	(1.248)	(1.248)
Saldos em 31/12/2017	**2**	**(3.812)**	**(3.810)**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2017**
Prejuízo do exercício	(1.248)
Ajustes de: Incorporação de PL da Vérios Software e Sistemas de Informações Ltda.	(1.712)
Depreciação de ativo imobilizado	(1)
Resultado Liquido Ajustado	**(2.961)**
(Aumento)/Redução de ativos: Despesas do Exercício Seguinte	(18)
Tributos a recuperar	(39)
Empréstimos – Sócios	(155)
Mutuo com parte relacionada	(2)
Aumento/(Redução) de passivos	
Empréstimos – Investidores	2.587
Fornecedores	(3)
Obrigações trabalhistas e sociais	(18)
Obrigações tributárias	33
Outras contas a pagar	40
Caixa líquido (aplicado)/proveniente de atividades operacionais	**(537)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisição de imobilizado	(12)
Aquisição de intangivel	(179)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	**(727)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Capital Subscrito	2
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamento	**2**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(725)**
Modificações no caixa e equivalentes de caixa líquidos	
Saldo no inicio do exercício	1.127
Saldo no final do exercício	402
Aumento/(redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(725)**

Notas Explicativas

A Vérios Gestão de Recursos S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. Constituída em 9 de setembro de 2015 como VSSI Gestão de Recursos Ltda. e sua razão social alterada para Vérios Gestão de Recursos Ltda. em 3 de fevereiro de 2016. Através do instrumento particular da quinta alteração contratual em 28 de novembro de 2017 foi aprovada a incorporação da Vérios Software Sistemas de Informação Ltda. A Companhia tem como objeto social a administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras de ativos, inclusive títulos e valores mobiliários no Brasil, sendo vedada a gestão de recursos próprios e a prática de atividades privativas de instituições financeiras.

Felipe Linetzky Sotto Maior – Sócio Administrador — **José Notari Filho** – TC CRC 1SP 081.835/O-7

GBSI Participações S.A.

CNPJ: 19.623.387/0001-60

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Balanço Patrimonial	12/2017	12/2016
Ativo	**1.883.144,37**	**1.722.329,64**
Ativo Circulante	**645,63**	**926,55**
Caixa e Equivalentes de Caixa	645,52	926,55
Bancos Conta Movimento	336,17	285,08
Aplicação Financeira	309,35	641,47
Impostos a Recuperar	0,11	0,00
Impostos Ret. S/ Aplic. Financ	0,11	0,00
Ativo Permanente	**1.882.498,74**	**1.721.403,09**
Investimentos	1.882.498,74	1.721.403,09
Participações Societárias	1.882.498,74	1.721.403,09
Total do Ativo	**1.883.144,37**	**1.722.329,64**

Balanço Patrimonial	12/2017	12/2016
Passivo	**1.883.144,37**	**1.722.329,64**
Passivo Circulante	**421,14**	**464,73**
Fornecedores	220,78	464,40
Fornecedores Nacionais	220,78	464,40
Débitos Diversos	199,88	0,00
Adiantamento de Clientes	199,88	0,00
Provisões Tributarias	0,48	0,33
Provisões Tributarias	0,48	0,33
Passivo Não Circulante	**170.595,65**	**1.000,00**
Débitos Diversos	170.595,65	1.000,00
Partes Relacionadas	170.595,65	1.000,00
Patrimônio Liquido	**1.712.127,58**	**1.720.864,91**
Patrimônio Liquido	1.043.916,00	1.043.916,00
Capital Social	1.043.916,00	1.043.916,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	668.211,58	676.948,91
Lucros ou Prejuízos Acumulados	668.211,58	676.948,91
Total do Passivo	**1.883.144,37**	**1.722.329,64**

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	12/2017	12/2016
Saldo inicial de lucros acumulados	676.948,91	677.413,64
Saldo ajustado	676.948,91	677.413,64
Prejuízo líquido do exercício	-8.737,33	-464,73
Saldo final de lucros acumulados	668.211,58	676.948,91

Despesas Operacionais	2017	2016
	-8.736,94	**-464,40**
Despesas Comerciais	-464,40	-464,40
Outras Despesas Comerciais	-464,40	-464,40
Despesas Gerais	-6.151,46	0,00
Utilidades e Serviços	-239,00	0,00
Desp. C/Serv Prof Contrat- Pj	-5.912,46	0,00
Tributos e Contribuições	-877,33	0,00
Tributos e Contribuições	-877,33	0,00
Despesas Financeiras	-1.246,86	0,00
Despesas Financeiras	-1.246,86	0,00
Outras Receitas Operacionais	**3,11**	**0,00**
Juros e Rendimentos	3,11	0,00
Resultado Antes das Operações Financeiras	**-8.736,94**	**-464,40**
Resultado Antes da Provisão Para a CS	**-8.736,94**	**-464,40**
Despesa Com CSLL	-0,15	-0,33
Despesa Com CSLL	-0,15	-0,33
Resultado Antes da Provisão Para o IR	**-8.737,09**	**-464,73**
Despesa Com IRPJ	-0,24	0,00
Despesa Com IRPJ	-0,24	0,00
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**-8.737,33**	**-464,73**

Samuel Gabanyi - Sócio Administrador - CPF 223.792.638-76 — **Jorge Pessoa Alves** - Contador - CRC 1SP143414/O-2

EDITAL RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE **COPPIO ENGENHARIA E COMÉRCIOLTDA.** - 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Edital (§ 2º do art. 7º da Lei 11.101/2005) com prazo de 10 (dez) dias para impugnação contra a relação de credores (art. 8º da Lei nº 11.101/2005), nos autos do PROCESSO nº 1011138-69.2017.8.26.0577O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Dr(a). Ana Paula Theodosio de Carvalho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento e interessar possa, que a Administradora Judicial apresentou a relação de credores a que alude o § 2º do art.7º da Lei nº 11.101/2005, podendo o Comitê, qualquer credor, devedor ou seus sócios ou, ainda, o Ministério Público, pelo prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, apresentar em impugnação contra a relação de credores ora publicada, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado, tudo nos termos do art. 8º da Lei nº 11.101/2005, ficando os mesmos cientificados que terão acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração da relação abaixo, pelo prazo de 10 (dez) dias, no endereço da Administradora Judicial EXM PARTNERS ASSESSORIAEMPRESARIAL LTDA., com escritório na Rua Afonso Taranto, nº 170, Bairro Nova Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto/SP, em horário comercial, das 8h00 às 18h00. **RELAÇÃO DECREDORES:** - CREDORES TRABALHISTAS (CLASSE I) – AMILTON DA SILVA R$ 10.064,96 – ANTÔNIO JOSÉ SILVA DE ABREU JÚNIOR R$ 11.002,80 – DANIEL BISPO DOS SANTOS R$ 10.791,07 – FABIO FERREIRA BATISTA R$ 11.384,84 – JO